

Bradseg Promotora de Vendas S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12
Diretoria	26

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradseg Promotora de Vendas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Bradseg Promotora de Vendas S.A., doravante chamada Sociedade, tem sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco – SP. A Sociedade tem por objetivo: promoção; assistência mercadológica; fomento; assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, de capitalização e previdência; participação em outras sociedades como cotista ou acionista; e prestação de serviços de correspondente no País.

O resultado acumulado do exercício de 2024 foi de R\$ 29,821 milhões (R\$ 34,921 milhões em 2023) e o patrimônio líquido somou R\$ 13,461 milhões em dezembro de 2024 (R\$ 16,641 milhões em dezembro de 2023).

Investimentos

As aplicações financeiras alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 21,422 milhões (R\$ 22,938 milhões em 2023).

Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias “Valor justo por meio do resultado” e “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”, conforme normas contábeis em vigor.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Promotora de Vendas do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Evento Societário

Em 25 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária foi deliberado um aumento de capital social no montante de R\$ 900 mil, elevando de R\$ 8,210 milhões para R\$ 9,110 milhões sem emissão de novas cotas, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Legal”.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais *frameworks*

internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

Compliance

A estrutura de *Compliance* visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo às atividades destinadas à garantia da conformidade; e o apoio ao acultramento e conscientização dos temas de *compliance*. Adicionalmente, para o tratamento das violações ao Código de Conduta Ética Setorial da Bradseg Participações S.A., suas ligadas e controladas contamos com canal de denúncia que recebe manifestações de: desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Gestão de Riscos

A Bradseg Promotora de Vendas adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Sociedade está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Diante da evolução, ampliação e velocidade das soluções digitais, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Bradseg Promotora de Vendas aprimora continuamente sua governança, com a adoção de medidas (preventivas e/ou tempestivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade dos *stakeholders* e dos ativos de informação, sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado de Proteção de Dados ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e acultramento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, para proteção, identificação, detecção, respostas a ameaças e recuperação de cenários de negócio, bem como a revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento as solicitações de titulares de dados pessoais em geral, dentre outras atribuições.

Barueri, 28 de março de 2025.

Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
Bradseg Promotora de Vendas S.A.
Osasco - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradseg Promotora de Vendas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradseg Promotora de Vendas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Luciano Agulho Vecchi
Contador CRC 1SP-281259/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE		19.839	28.339
Disponível		91	100
Caixa e bancos.....		91	100
Aplicações	4	18.375	22.938
Títulos e créditos a receber		1.373	5.301
Títulos e créditos a receber.....		-	3.377
Créditos tributários e previdenciários.....	5.a	1.373	1.924
NÃO CIRCULANTE		3.871	822
Realizável a longo prazo		3.871	822
Aplicações	4	3.047	-
Títulos e créditos a receber		824	822
Créditos tributários e previdenciários.....	5.a	824	822
TOTAL DO ATIVO		23.710	29.161

PASSIVO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE		10.249	12.520
Contas a pagar		10.242	12.512
Obrigações a pagar.....		2	-
Impostos e encargos sociais a recolher.....		42	91
Impostos e contribuições.....	6	10.198	12.421
Débitos de operações		7	8
Corretores.....		7	8
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	13.461	16.641
Capital social.....		9.110	8.210
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		6	7
Reservas de lucros.....		4.345	8.424
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.710	29.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita de prestação de serviços.....		47.235	49.990
Custos operacionais - comissões.....		-	(3)
Resultado Bruto		47.235	49.987
Outras receitas e despesas operacionais		-	(1)
Despesas administrativas.....	9.a	(344)	(516)
Despesas tributárias.....	9.b	(5.487)	(6.077)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		41.404	43.393
- Receitas financeiras.....		3.655	9.541
- Despesas financeiras.....		(9)	(214)
Resultado financeiro.....	9.c	3.646	9.327
Ganhos ou perdas de ativos não correntes		-	23
Resultado antes dos impostos.....		45.050	52.743
Imposto de renda.....	9.d	(11.165)	(13.063)
Contribuição social.....	9.d	(4.064)	(4.759)
Lucro líquido do exercício.....		29.821	34.921
Quantidade de ações.....		572.061	572.061
Lucro líquido por ação -R\$		52,13	61,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício.....	29.821	34.921
itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2)	21
Efeito dos impostos	1	(7)
Total do resultado abrangente do exercício	29.820	34.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de dezembro de 2023.....	33.110	6.622	16.981	21	-	56.734
Aumento de capital conforme AGE de 28.04.2023	5.000	(5.000)	-	-	-	-
Redução de capital conforme AGE de 29.11.2023	(30.500)	-	-	-	-	(30.500)
Aumento de capital conforme AGE de 29.11.2023	600	(600)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(14)	-	(14)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.921	34.921
Dividendos pagos conforme ata de reunião de diretoria de 29.11.2023 (R\$77,79 por ação)	-	-	(16.981)	-	(27.519)	(44.500)
Proposta para destinação do lucro líquido.....	-	620	6.782,00	-	(7.402)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	8.210	1.642	6.782	7	-	16.641
Aumento de capital conforme AGE 25.04.2024.....	900	(900)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.821	29.821
Dividendos pagos conforme ata de reunião de diretoria de 27.12.2024 (R\$57,69 por ação)	-	-	(6.781)	-	(26.219)	(33.000)
Proposta para destinação do lucro líquido.....	-	1.080	2.522	-	(3.602)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	9.110	1.822	2.523	6	-	13.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MODELO INDIRETO DO EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes dos impostos e participações.....	45.050	52.743
Ajustes para:		
Constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos.....	-	1
Lucro ajustado do exercício.....	45.050	52.744
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado.....	(11.689)	21.294
Títulos e créditos a receber.....	3.927	9.294
Contas a pagar.....	(3.062)	(3.739)
Débitos de operações.....	(1)	3
Caixa (consumido)/gerado pelas operações.....	(10.825)	26.852
Imposto de renda sobre o lucro pago.....	(10.469)	(11.712)
Contribuição social sobre o lucro pago.....	(3.967)	(4.833)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	19.789	63.051
Atividades de Investimento		
Aquisição de títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	(2.745)	-
Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	15.947	11.875
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento.....	13.202	11.875
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos.....	(33.000)	(44.500)
Redução de capital	-	(30.500)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento.....	(33.000)	(75.000)
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa.....	(9)	(74)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício.....	100	174
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício.....	91	100
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa.....	(9)	(74)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Bradseg Promotora de Vendas S.A. é uma Sociedade por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. A Sociedade tem por objetivo a promoção, assistência mercadológica, fomento, assessoria e consultoria de negócios no mercado securitário, de capitalização e previdência, participação em outras Sociedade como cotista ou acionista e prestação de serviços de correspondente no país. O endereço registrado da sede da Sociedade é na Cidade de Deus, 4º andar, Villa Yara, SP.

A Sociedade é controlada direta da Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. e, em última instância, do Banco Bradesco.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2025.

2. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no período apresentado nas demonstrações contábeis.

a. Declaração de conformidade e base de preparação

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e ativos financeiros classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Sociedade é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 4 – Aplicações inclui informações sobre julgamento referente a política contábil adotada que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Sociedade efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Sociedade efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Sociedade classifica os ativos financeiros em três categorias mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

(iii) Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(v) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

(a) **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

(vi) **Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

(vii) **Determinação do valor justo**

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Sociedade é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Título privados - Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias uteis da data de negociação/ marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

(viii) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Sociedade avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA.

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Sociedade espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros da operação. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Sociedade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, A Sociedade desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

h. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas com serviços prestados são provenientes da comercialização e divulgação dos produtos de empresas ligadas por meio de corretores e outros agentes autorizados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor dos ativos financeiros classificados como custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo ISSB IFRS S1 E S2 - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23

As novas NBC's facultam a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

CPC 26- IFRS18– Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis-Demonstração de Resultado

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Sociedade está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Sociedade, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Sociedade, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, com o objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional, e são, conseqüentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Sociedade. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de crédito

O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<i>Aplicações / Rating</i>	AAA	AAA
Valor justo por meio do resultado.....	18.375	6.686
Título de renda fixa privado.....	8.294	2.682
Título de renda fixa público (*).....	10.081	4.004
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.047	16.252
Título de renda fixa privado.....	3.047	16.252
Total.....	21.422	22.938

(*) Os títulos públicos classificados como AAA referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Sociedade honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

Exposição ao risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta as exposições da Sociedade:

Ativo	fluxo de ativos	fluxo de passivos
Fluxo de 0 a 3 meses	18.466	10.242
Fluxo de 12 a 60 meses.....	3.047	7
	21.513	10.249

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

A Sociedade avaliou a composição dos seus instrumentos financeiros e tendo em vista que possui exposição em ativos de renda fixa pós fixados (LFT e Letras Financeiras de emissão privada) e operações compromissadas, em carteira ou fundo, consideradas de baixo risco, concluiu que o risco de mercado oriundo destes instrumentos não é representativo.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição incluem o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, com permanente avaliação.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2024	%	2023	%
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	18.375	85,78%	6.686	29,15%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos.....	18.375	85,78%	6.686	29,15%
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.047	14,22%	16.252	70,85%
Letras financeiras.....	3.047	14,22%	16.252	70,85%
Total	21.422	100%	22.938	100%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

2024							
	1 a 30 dias				Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	ou sem	31 a 180	181 a	Acima de			
	vencimento definido	dias	360 dias	360 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.643	314	3.726	12.692	18.375	18.261	114
Letras financeiras do tesouro	-	-	3.726	6.355	10.081	10.084	(3)
Letras financeiras de emissores privados.....	-	314	-	6.337	6.651	6.534	117
Letras financeiras do tesouro – Op. Compromissadas /outros (i)	1.593	-	-	-	1.593	1.593	-
Letra do tesouro nacional – Op. Compromissadas.....	50	-	-	-	50	50	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	3.047	3.047	3.039	8
Letras financeiras	-	-	-	3.047	3.047	3.039	8
Total	1.643	314	3.726	15.739	21.422	21.300	122

2023							
	1 a 30 dias				Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	ou sem	31 a 180	181 a 360	Acima de			
	vencimento definido	dias	dias	360 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	102	143	1.426	5.015	6.686	6.656	30
Letras financeiras do tesouro	-	143	1.426	2.435	4.004	4.004	-
Letras financeiras de emissores privados.....	-	-	-	2.580	2.580	2.550	30
Letras financeiras do tesouro – Op. Compromissadas /outros (i)	102	-	-	-	102	102	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.822	13.430	-	-	16.252	16.241	11
Letras financeiras	2.822	13.430	-	-	16.252	16.241	11
Total	2.924	13.573	1.426	5.015	22.938	22.897	41

(i) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Hierarquia do valor justo

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2024				2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	10.081	1.643	6.651	18.375	4.004	102	2.580	6.686
Letras financeiras do tesouro.....	10.081	-	-	10.081	4.004	-	-	4.004
Letras financeiras do tesouro - Op. Comp.	-	1.593	-	1.593	-	102	-	102
Letras financeiras de emissores privados	-	-	6.651	6.651	-	-	2.580	2.580
Letras do Tesouro Nacional - Op. Comp.....	-	50	-	50	-	-	-	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	3.047	3.047	-	-	16.252	16.252
Letras financeiras.....	-	-	3.047	3.047	-	-	16.252	16.252
Total	10.081	1.643	9.698	21.422	4.004	102	18.832	22.938

d. Movimentação das aplicações financeiras

	2024		
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 1º janeiro	6.686	16.252	22.938
(+) Aplicações	52.237	2.743	54.980
(-) Resgates	(43.623)	(16.528)	(60.151)
(+) Rendimentos	3.075	582	3.657
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro	18.375	3.047	21.422

	2023		
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 1º janeiro	27.980	28.148	56.128
(+) Aplicações	63.341	-	63.341
(-) Resgates	(90.419)	(15.632)	(106.051)
(+) Rendimentos	5.784	3.757	9.541
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(21)	(21)
Saldo em 31 de dezembro	6.686	16.252	22.938

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro, o desempenho global dos fundos de investimentos, atingiu 106,49% (107,73% em dezembro de 2023) no acumulado do período, em relação ao referido *benchmark*.

5. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2024			2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF a compensar.....	1.222	-	1.222	1.877	-	1.877
CSLL a compensar.....	30	-	30	33	-	33
PIS/Cofins a compensar.....	121	-	121	14	-	14
Crédito tributário diferido b (i).....	-	826	826	-	826	826
Tributos diferidos b (ii).....	-	(2)	(2)	-	(4)	(4)
	1.373	824	2.197	1.924	822	2.746

b. Tributos diferidos líquidos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Créditos tributários diferidos c.(i).....	826	826
Tributos diferidos c.(ii).....	(2)	(4)
Total	<u>824</u>	<u>822</u>

c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**(i) Movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos**

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2024</u>
Provisão para riscos de créditos.....	826	-	826
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias..	<u>826</u>	<u>-</u>	<u>826</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>
Provisão para riscos de créditos.....	826	-	826
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias..	<u>826</u>	<u>-</u>	<u>826</u>

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

Refere-se a constituição de Ajuste de títulos mensurados a valor justo por meio de resultados abrangentes no montante de R\$2 (R\$4 em dezembro de 2023).

d. Previsão de realização dos créditos tributários

	<u>Diferenças temporárias</u>		
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
2028.....	826	-	826
	<u>826</u>	<u>0</u>	<u>826</u>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

6. Impostos e contribuições

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de renda.....	7.553	9.422
Contribuição social.....	2.465	2.600
Cofins.....	149	328
Pis.....	31	71
Total	<u>10.198</u>	<u>12.421</u>

Patrimônio líquido

a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 572.061 (572.061 em 2023) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	29.821	34.921
Constituição da reserva legal	(1.080)	(620)
Base de cálculo dos dividendos	28.741	34.301
Dividendos antecipados	26.219	27.519
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	91,23%	80,23%

b) Atos societários

Em 25 de abril de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária foi deliberado um aumento de capital social no montante de R\$ 900 mil, elevando de R\$ 8,210 milhões para R\$ 9,110 milhões sem emissão de novas cotas, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Legal”.

Em 27 de dezembro de 2024, conforme Reunião da Diretoria foi deliberado o pagamento de dividendos à Bradesco SegPrev Investimentos Ltda., única acionista da Companhia, no valor de R\$33.000 sendo utilizado R\$ 6.781 do saldo da conta “Reserva de Lucros – Estatutária”, e R\$ \$26.219 por conta do resultado do exercício em curso.

c) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

7. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a).....	11.432	19.034	-	-
Odontoprev S.A. (empresa ligada) (b).....	-	1.302	-	-
Swiss RE (empresa ligada) (b)	-	2.074	-	-
Total	11.432	22.410	-	-

	Receitas		Despesas	
	2024	2023	2024	2023
Odontoprev S.A. (empresa ligada) (c).....	26.390	28.400	-	-
Swiss RE (empresa ligada) (c)	20.845	21.590	-	-
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (c) (d) (e).....	581	3.694	3	3
Total	47.816	53.684	3	3

- (a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissada e títulos públicos e privados.
- (b) Créditos a receber.
- (c) Receitas com prestação de serviços.
- (d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.
- (e) Receita com Letras Financeiras

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado montante de R\$1 enquanto permanecem no exercício de suas funções na Sociedade, conforme determina o Estatuto Social.

8. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas Administrativas

	2024	2023
Despesas com publicações.....	(6)	(6)
Despesas com serviços de terceiros	(41)	(24)
Despesas com donativos e contribuições.....	(273)	(428)
Despesas administrativas diversas.....	(24)	(58)
Total.....	(344)	(516)

b. Despesas com tributos

	2024	2023
Despesas com PIS	(803)	(887)
Despesas com COFINS.....	(3.736)	(4.181)
Despesas com ISS.....	(945)	(1.008)
Outras despesas com tributos.....	(3)	(1)
Total.....	(5.487)	(6.077)

c. Resultado financeiro

i.- Receitas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas com títulos de renda fixa.....	3.655	9.541
Total.....	<u>3.655</u>	<u>9.541</u>

ii. - Despesas financeiras

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Taxa com escrituração de ações e custódia.....	(3)	(3)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais.....	(6)	(211)
Total.....	<u>(9)</u>	<u>(214)</u>
Total geral.....	<u>3.646</u>	<u>9.327</u>

d. Imposto de renda e contribuição social - Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes de impostos e contribuições.....	45.050	52.743
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes ...	(15.317)	(17.933)
Contribuição entidade de classe	(2)	(2)
Doações, patrocínios e brindes	(91)	(143)
Outros Valores.....	181	256
Imposto de renda e contribuição social no exercício.....	<u>(15.229)</u>	<u>(17.822)</u>
Alíquota efetiva.....	33,80%	33,79%

Diretoria

Ivan Luiz Gontijo Júnior
Diretor-Presidente

Carlos Alberto Iwata Marinelli
Diretor

Ney Ferraz Dias
Diretor

Américo Pinto Gomes
Diretor

Francisco Rosado de Almeida Junior
Diretor

Carlos Francisco Picini
Diretor

Regina Castro Simões
Diretora

Vinicius Marinho da Cruz
Diretor

João Batista Zorzete
Contador - CRC 1SP248285/O-9